

Governo garante retomada do crescimento

O governo está confiante na queda da inflação e na retomada do crescimento da economia no segundo semestre, e adverte aos que apostam na continuidade do crescimento inflacionário com o exemplo da especulação cambial, que acabou causando prejuízos consideráveis aos especuladores. A retomada do crescimento, na visão do ministro do Planejamento, Delfim Netto, se dará pela ação combinada de três fatores: o acréscimo de US\$ 2 bilhões a US\$ 3 bilhões nas exportações, que provocará um aumento da demanda interna entre US\$ 8 bilhões a US\$ 9 bilhões; o aumento da demanda de bens industriais, decorrente da liberação de renda que o ano passado foi utilizada para a compra dos alimentos, cujos preços cresceram 330%; e a liberação das importações para o setor privado, resultado de redução das importações de petróleo.

Não há, em relação ao combate à inflação, eleito como a prioridade do governo, depois de equacionada a situação externa, nenhum propósito de mudança do curso da estratégia atual, que contempla uma política monetária rígida e uma política fis-

cal supridora de recursos não-inflacionários para as autoridades monetárias evitarem os apelos à emissão de moeda e ao crescimento da dívida interna.

ARROCHO NÃO É SEGREDO

Na visão da Seplan, é inteiramente despropositada a celeuma que se faz em torno de um iminente arrocho fiscal e monetário, com o propósito de reconquistar as metas negociadas com o Fundo Monetário Internacional — FMI — relativas aos meios de pagamento e à base monetária, e que extrapolaram no primeiro mês do ano.

Segundo nota, com ironia, o ministro do Planejamento, o que acontece é que “ninguém lê nada neste país”, pois o orçamento monetário, aprovado em 27 de dezembro do ano passado pelo Conselho Monetário Nacional já especifica, com detalhes e quantificações, todos os parâmetros do ajustamento monetário. O que se procura agora é, tão-somente, cumprir essas metas, que, no tocante à base monetária, cresceram mais do que devia em janeiro.

Dentro desse raciocínio, nega-se a Seplan a admitir que haverá “cor-



tes” nas aplicações do Banco do Brasil ou nos saldos destinados às contas do orçamento monetário tais como AGF (Aquisições do Governo Federal); EGF (Empréstimos do Governo Federal); açúcar, álcool e outras que, em janeiro, pressionaram os saldos da base monetária.

Haverá apenas reajustamentos ao longo do trimestre para que, em 31 de março, os saldos estejam conforme o programado. Esse ajustamento poderá resultar, eventualmente, em redução das aplicações de uma ou outra conta, assegurando-se, porém, de qualquer forma, a manutenção dos valores constantes do orçamento monetário.

Por outro lado, o fato do Banco Central pretender zerar a conta de financiamento ao mercado aberto, utilizando-o não mais como supridor de fundos para os programas do orçamento monetário, mas exclusivamente como regulador da liquidez da economia, não significa que terão de ser onerados os saldos do orçamento monetário, pois a contribuição dos títulos federais ao orçamento não passa da irrisória quantia de Cr\$ 100 bilhões.

FMI

Na avaliação do ministro do Planejamento, também é improcedente a discussão travada em torno da quinta carta de intenção que o governo estaria enviando ao FMI, dispondo sobre a quantificação das metas dos dois próximos trimestres. Houve, segundo ele, apenas uma carta de intenção. Os demais documentos não passaram de ajustamento das metas inicialmente programadas, em decorrência de fatos novos surgidos.

É da própria dinâmica do Fundo, não só em relação ao Brasil, mas a todos os países assistidos pela instituição, que sejam programadas metas trimestrais e que, a cada trimestre, o País que está executando o programa de ajustamento envie uma correspondência ao Fundo relatando a “performance” do trimestre anterior, o que foi conseguido e o que não foi, e apresentando as razões, assim como definindo as metas do trimestre seguinte. No caso do Brasil, é exatamente isso o que está sendo feito agora.